O custo de tolerar o assédio sexual

Universidade dos Estados Unidos acusada de proteger professor que importunava alunas aceita pagar indenização de US$ 9,4 milhões

A Universidade de Rochester, nos Estados Unidos, fechou um acordo na Justiça para pagar US$ 9,4 milhões, o equivalente a R$ 50 milhões, e encerrar um caso de assédio sexual que teve início em meados da década passada. O dinheiro será destinado a nove reclamantes, entre professores, ex-professores e ex-alunos, na maioria mulheres. Eles denunciaram os dirigentes da universidade por proteger o linguista Tim Florian Jaeger, do Departamento de Ciências Cognitivas, acusado de importunar e constranger alunas e de criar um ambiente hostil para mulheres na instituição. Localizada no estado de Nova York, a Universidade de Rochester é uma instituição privada criada em 1850, que hoje atende 11,8 mil estudantes.

Jaeger, de 44 anos, era um pesquisador de prestígio na área de desenvolvimento de estruturas computacionais para produção e entendimento de linguagem e teve projetos financiados por agências do governo norte-americano, como a National Science Foundation (NSF), e instituições privadas, como a Fundação Kavli, em Los Angeles. Queixas contra o seu comportamento vinham sendo investigadas desde 2007. Ele foi acusado de enviar fotos de conteúdo sexual para uma aluna,

promover festas com drogas ilícitas para as quais convidou estudantes e adotar publicamente comportamentos misóginos, como sugerir que as alunas caminhassem por sua sala de modo sensual enquanto liam seus textos para ele. Segundo relatos, ele defendia em reuniões acadêmicas que professores pudessem manter relacionamentos amorosos com alunas. Jaeger nega as acusações.

O alvo do processo de US$ 9,4 milhões não foi a conduta do linguista, mas o comportamento dos dirigentes de Rochester ao lidar com o escândalo. Jaeger até hoje faz parte dos quadros da universidade, embora esteja licenciado há dois anos. Ele foi investigado internamente em três ocasiões diferentes e inocentado em todas elas, sob a justificativa de que não teria infringido nenhuma norma acadêmica. Isso porque as alegações de assédio eram anteriores a 2014, ano em que Rochester proibiu que professores tivessem relacionamentos amorosos com alunos.

A ação na Justiça foi só um dos problemas enfrentados pela universidade. Quando o escândalo se tornou público, a instituição foi atingida por uma onda de protestos de estudantes que levou à renúncia do reitor Joel Seligman, em 2018. No processo, Seligman era acusado de tolerar o comportamento de Jaeger e de ele próprio ter mantido um relacionamento com uma subordinada.

A porta-voz da universidade, Sara Miller, disse à revista *Nature* que o acordo não representa uma admissão de falha ou de culpa da instituição. "Estamos comprometidos em oferecer um ambiente seguro e inclusivo para seus alunos, professores e funcionários", afirmou. Uma declaração conjunta assinada pela universidade e pelos autores da ação, contudo, faz elogios a três dos denunciantes, a psicóloga Celeste Kidd, pesquisadora da Universidade da Califórnia, em Berkeley, a antropóloga Jessica Cantlon, hoje na Universidade Carnegie Mellon, ambas ex-alunas de Jaeger, e o psicólogo Richard Aslin, ex-colega do linguista em Rochester. O comunicado agradece aos três por "apresentarem suas preocupações sobre assédio sexual" e diz que seus esforços resultaram em "melhorias reais nos processos da universidade".

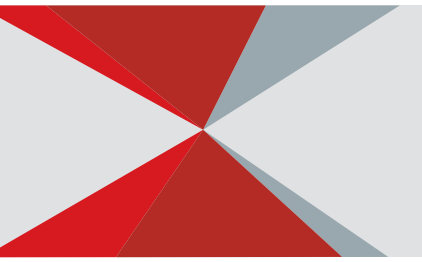
A indenização acordada na Justiça coloca um ponto-final em uma disputa que instâncias acadêmicas não conseguiram encaminhar e resolver adequadamente. O argumento principal apresentado no processo era o prejuízo causado pelo assédio na carreira de alunas e pesquisadoras: pelo menos 16 delas, segundo a denúncia, alteraram os rumos de sua trajetória acadêmica para não trabalhar mais com Jaeger. "Fomos confrontadas com a escolha injusta e irracional de perder oportunidades profissionais ou de nos expor a encontros perturbadores", escreveu, em um artigo de opinião na revista *Nature*, a consultora Laurel Issen, estudante de doutorado em Rochester entre 2006 e 2013, que foi uma das primeiras a apresentar reclamações para a universidade.

O assédio e a discriminação sexual no ambiente acadêmico são proibidos nos Estados Unidos desde que o Congresso aprovou uma emenda à lei que regula a atividade educacional no país. Esse dispositivo legal está em vigor desde 1972, mas só nos últimos três anos as universidades e instituições de pesquisa passaram a ser cobradas e a se empenhar em coibir tais práticas. Isso se deveu, em grande medida, ao êxito da campanha #MeTooSTEM, que em 2018 encorajou alunas e pesquisadoras de campos das ciências, tecnologias, engenharias e matemática a denunciar episódios de assédio sexual no ambiente de pesquisa (*ver* Pesquisa FAPESP *nº 278*). Jessica Cantlon, uma das alunas que denunciaram Jaeger, foi uma das vozes desse movimento e teve sua atuação reconhecida pela revista *Time*, que em 2017 a mencionou como uma das personalidades do ano.

Apesar dos avanços, ainda há várias lacunas no front do combate ao assédio nos Estados Unidos. Um relatório produzido pelo Government Accountability Office (GAO), braço do Congresso responsável por fazer auditorias e investigações em órgãos do governo, mostrou que parte das agências de fomento à pesquisa do país ainda não adotou estratégias eficazes para coibir o assédio e a discriminação sexual em instituições de pesquisa que recebem financiamento federal. Segundo o documento, de um universo de cinco órgãos de fomento avaliados, a NSF foi a agência que recebeu e investigou o maior número de queixas de assédio e discriminação vinculados a atividades acadêmicas ou de pesquisa: foram 33 entre 2015 e 2019.

Ao menos dois órgãos, o Departamento de Energia (DOE) e o Departamento de Agricultura (Usda), nem sequer formalizaram procedimentos para lidar com esse tipo de reclamação, em um sinal de que não estão enfrentando o problema de modo consistente. Também é possível apresentar queixas de assédio sexual sem usar como base a lei de 1972, mas o DOE, o Usda e a agência espacial norte-americana, a Nasa, não dispõem de canais para receber essa alternativa de reclamação. Apenas a NSF e o Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) – ao qual estão vinculadas agências como os Institutos Nacionais de Saúde (NIH) – consideram e investigam tais queixas. O GAO enumerou 17 recomendações para as instâncias de governo avaliadas, que envolvem desde aprimorar os canais de relacionamento das agências com o público, tornando-os mais claros e acessíveis para reclamações de vítimas de assédio, até a produção de relatórios sobre os resultados de investigações, tornando o processo mais transparente. ■

Fabrício Marques



Olhar aguçado para rastrear adulterações

O periódico científico *The Journal of Clinical Investigation* adotou em 2012 uma exigência para melhorar a qualidade dos artigos científicos que publica. Os pesquisadores que submetem *papers* passaram a fornecer também dados brutos produzidos por seus experimentos, tais como imagens não editadas de testes de biologia molecular. O objetivo era permitir aos editores da revista verificar se havia duplicação de imagens ou supressão de detalhes e, assim, prevenir a publicação de correções. Mais tarde, em 2016, a revista passou a produzir uma avaliação da robustez das análises estatísticas de cada artigo recebido, também para evitar a publicação de erros ou resultados enviesados.

Em um editorial publicado em março, os editores Corinne Williams, Arturo Casadevall e Sarah Jackson apresentaram um balanço desse trabalho. Eles avaliaram 200 *papers* recebidos entre julho de 2018 e fevereiro de 2019, que, por sua originalidade, muito provavelmente acabariam aceitos para publicação. Constataram que uma parte significativa apresentava problemas: 28,5% tinham inconsistências estatísticas; 21%, anomalias nas imagens de biologia molecular; e 27,5% alterações em outras imagens. Os manuscritos foram devolvidos para seus autores, que se prontificaram a corrigir os erros. Na avaliação do periódico, a maioria dos problemas eram não intencionais e de pequena importância. Alguns artigos apresentavam mais de um deslize. Quatro deles ostentavam anomalias nas três dimensões: estatísticas, imagens de biologia molecular e outras imagens. Em pelo menos dois manuscritos a adulteração de imagens não parecia acidental. Seus autores foram convocados a explicar o que havia acontecido e, como a justificativa não foi considerada satisfatória, os *papers* tiveram sua publicação rejeitada. A revista alertou as instituições a que esses autores eram vinculados sobre as evidências de adulteração.

De acordo com o trio de editores, os problemas com imagens haviam passado despercebidos na análise por pares feita por seus "excelentes revisores" e só foi detectada graças ao escrutínio de um membro da equipe editorial "com um olhar aguçado e excelentes habilidades de reconhecimento de padrões". A maioria dos autores, eles dizem, ficaria surpresa ao saber que ainda não existe uma ferramenta automatizada capaz de rastrear com eficiência todas as imagens de um *paper* em busca de anomalias ou adulterações. "Reconhecemos que nossos métodos de rastreamento não são perfeitos e estão sujeitos a erros humanos. Até o momento, nenhum dos artigos recebidos no período de rastreamento teve problemas trazidos ao nosso conhecimento após a publicação", escreveram.

Autoria misteriosa e fraudulenta

A revista científica *Future Generation Computer Systems*, da área de engenharia da computação, anunciou a retratação de um artigo científico publicado em 2018 por solicitação dos três pesquisadores chineses que assinavam o *paper*. O motivo do pedido foi surpreendente: eles alegaram que jamais escreveram o trabalho e tampouco submeteram o texto para publicação. O artigo em questão tratava do uso de imagens de ultrassom de alta resolução em pacientes com artrite causada por gota para analisar a relação entre depósito de cristais de ácido úrico e erosão óssea. Li Qiu, uma especialista em ultrassom do Hospital do Oeste da China, vinculado à Universidade de Sichuan, alertou os editores da revista sobre a fraude e mostrou que os endereços de e-mails associados a ela e aos outros autores não lhes pertenciam.

Um porta-voz da editora Elsevier, que publica a revista, informou que, "apesar de seus melhores esforços", não conseguiu rastrear a origem do artigo e desconhece os motivos que poderiam levar alguém a submeter um artigo em nome de outras pessoas. Uma possibilidade é que o alvo tenha sido a revista, cujo processo de revisão de manuscritos se revelou falho. Outra hipótese, levantada pelo site Retraction Watch, é que algum desafeto dos autores tenha acrescentado dados falsos ao manuscrito para prejudicar a reputação deles.